

# **Carta ao(à) leitor(a)**

**C**ara leitora, caro leitor,

A oitava edição de **Simetria**, revista do TCMSP, tem seu Caderno Especial dedicado a um tema extremamente importante para a administração pública: a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Quem vivenciou de alguma maneira a lei nº 8.666/1993, a Lei de Licitações, sabe da sua importância como referência na implementação das ações públicas. A lei federal nº 14.133/2021 é o novo marco regulatório que substitui aquela de 1993, bem como a Lei do Pregão, lei nº 10.520/2002 e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), lei nº 12.462/2011, com a justificativa de aprimorar o papel da gestão pública no século XXI, no Brasil. E ela guarda uma especificidade que é atribuir explicitamente às escolas vinculadas aos tribunais de contas, o papel de promover a qualificação de jurisdicionados e servidores, de conhecer melhor o seu alcance, como descreve no art. 173. Nós temos feito isso desde 2020, numa sequência de *Tardes do conhecimento*<sup>1</sup>, sempre abordando um tema relativo à nova lei. Para apresentar e discutir esse novo cenário da vida pública brasileira contribuem os três artigos: “A governança, o controle interno de gestão e o gerenciamento de riscos na administração pública diante da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”; “Considerações sobre a designação de agentes públicos para funções previstas na lei nº 14133/2021”; “Termo de referência, estudo técnico preliminar, anteprojeto e projeto básico: um *checklist* do conteúdo obrigatório e qual peça processual usar nas licitações e contratações públicas”.

Na coluna do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP, tema do Caderno Especial da edição anterior, temos o artigo “Como evitar a reprodução das desigualdades na produção do espaço urbano? Desafios do sistema de planejamento urbano e orçamentário”. Considerando a necessidade de qualificar o trabalho no TCMSP, trazemos contribuições que abordam as diversas formas de controle da administração pública: “Ferramentas de controle social do Tribunal de Contas do Município de São Paulo” – de autoria de alunos de pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC); “Controle interno no setor público como instrumento de controle de gestão: um estudo de caso no Tribunal de Contas do Estado do Pará”; “Administração pública dialógica e tribunais de contas: novas perspectivas do controle externo prospectivo”; “Auditoria operacional na área da educação sob a ótica da eficiência” – análise desenvolvida no âmbito do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; e um estudo de caso sobre educação no contexto de isolamento social – “Uma experiência de estágio supervisionado do curso de Pedagogia durante a pandemia de Covid-19”.

Concluindo a edição, o artigo em língua estrangeira vem de um pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Antônio Lassance, e, a partir de uma pesquisa com 350 servidores federais realizada ao longo de cinco anos, debate a diferença entre política pública e programa de governo, pensando num método de distingui-los.

Boa leitura!

**Xixo/Maurício Piragino**

*Diretor-presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP*

1 Série de discussões transmitidas ao vivo e depois disponibilizadas no canal do YouTube (/escoladecontastcmosp).